

PM-CE

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - PM-CE

500 questões
gabaritadas - Soldado



CÓD: SL-0730T-22
7908433228608

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	05
2. Raciocínio Lógico-Matemático	137
3. Administração Pública	167
4. Ética no Serviço Público	171
5. Direito Constitucional	179
6. Direitos humanos	199
7. Direito Penal e Processual Penal.....	203

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. IDECAN - Ag PT (IBGE)/IBGE/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Texto IV

Pedocracia. A ditadura das crianças que mandam nos pais

As birras, as pirraças, os gritos, os gestos agressivos, as palavras ofensivas são o que normalmente se caracterizam como as crianças 'donas da casa'. A infantolatria foi o nome dado à 'ditadura' de crianças que não aceitam ouvir 'não', querem tudo do jeito e na hora delas. Mas em que momento isso passou a ser normal? A psicanalista Marcia Neder, autora de "Déspotas Mirins, o poder nas novas famílias", da Zagodoni Editora, em entrevista ao "Saia Justa", chama o fenômeno de pedocracia e nos dá algumas orientações.

"A pedocracia é alimentada pela idealização da maternidade. Qual é o ideal que temos da maternidade? O de uma mãe que abre a mão da sua vida para se dedicar ao filho. Por que as mães embarcam na idealização, por que se sentem santas mães proibidas de ter raiva, de perder a paciência? Aí vem uma culpa fenomenal. Acima da dor dela, tem o que ela aprendeu, que é a suprema felicidade e bem-estar do seu filho", explica a especialista.

Segundo ela, na atual cultura de idolatração dos filhos, eles precisam se sentir amados pelos pais. "E eles dizem que 'se não dermos alguma coisa a eles, eles ficam chateados e dizem que não amam a gente'. É uma inversão total de valores", reforça Neder.

"É mais fácil deixar a criança ser rei. É mais fácil do que aguentar o chique. Dá trabalho educar. Para evitar isso, querem tudo do jeito e na hora delas. Se você não estabelece desde o início, tentar estabelecer depois fica complicado", sugere.

"O processo de mudança nos conceitos de família, iniciado no século XVIII por Jean-Jacques Rousseau, chegou ao século XX com a 'religião da maternidade', em que o bebê é um deus e a mãe, uma santa. Instituiu-se o que é uma boa mãe sob a crença de que ela é responsável e culpada por tudo que acontece na vida do filho, tudo que

ele faz e fará. Muitos afirmam que a mulher venceu, pois emancipou-se e foi para o mercado de trabalho, mas não. É a criança que entra no século XXI como a vitoriosa. Esta é a semente da infantolatria", elucida a especialista.

A definição de infantolatria por Marcia Neder consiste em "a instituição da mãe como súdita do filho e o adulto se colocando absolutamente disponível para a criança". E

¹ a criança de qualquer responsabilidade sobre o seu comportamento. "Um bebê não tem poder para determinar como será a dinâmica familiar. Se isso acontece, é porque os pais promovem".

Ainda reforça. Na fase adulta, esse filho cobrará dos pais. "Ele olhará ao redor e verá outras pessoas se realizando independentemente dele. A criança que acha que o mundo tem que parar para ela passar não consegue imaginar isso acontecendo e não está preparada para lidar com a menor das frustrações. Em algum ponto, acusará os pais de terem sido omissos".

Disponível em: <https://www.revistapazes.com> – Texto adaptado.

A correta ortografia do vocábulo suprimido no espaço 1(l. 44) do TEXTO IV é.

- (A) Esime.
- (B) Ezime
- (C) Exime.
- (D) Exsime.
- (E) Ezimi.

2. IDECAN - Ag PT (IBGE)/IBGE/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Texto IV

Pedocracia. A ditadura das crianças que mandam nos pais

As birras, as pirraças, os gritos, os gestos agressivos, as palavras ofensivas são o que normalmente se caracterizam como as crianças 'donas da casa'. A infantolatria foi o nome dado à 'ditadura' de crianças que não aceitam ouvir 'não', querem tudo do jeito e na hora delas. Mas em que momento isso passou a ser normal? A psicanalista Marcia Neder, autora de "Déspotas Mirins, o poder nas novas fa-

mílias”, da Zagodoni Editora, em entrevista ao “Saia Justa”, chama o fenômeno de pedocracia e nos dá algumas orientações.

“A pedocracia é alimentada pela idealização da maternidade. Qual é o ideal que temos da maternidade? O de uma mãe que abre a mão da sua vida para se dedicar ao filho. Por que as mães embarcam na idealização, por que se sentem santas mães proibidas de ter raiva, de perder a paciência? Aí vem uma culpa fenomenal. Acima da dor dela, tem o que ela aprendeu, que é a suprema felicidade e bem-estar do seu filho”, explica a especialista.

Segundo ela, na atual cultura de idolatração dos filhos, eles precisam se sentir amados pelos pais. “E eles dizem que ‘se não dermos alguma coisa a eles, eles ficam chateados e dizem que não amam a gente’. É uma inversão total de valores”, reforça Neder.

“É mais fácil deixar a criança ser rei. É mais fácil do que aguentar o chique. Dá trabalho educar. Para evitar isso, querem tudo do jeito e na hora delas. Se você não estabelece desde o início, tentar estabelecer depois fica complicado”, sugere.

“O processo de mudança nos conceitos de família, iniciado no século XVIII por Jean-Jacques Rousseau, chegou ao século XX com a ‘religião da maternidade’, em que o bebê é um deus e a mãe, uma santa. Instituiu-se o que é uma boa mãe sob a crença de que ela é responsável e culpada por tudo que acontece na vida do filho, tudo que ele faz e fará. Muitos afirmam que a mulher venceu, pois emancipou-se e foi para o mercado de trabalho, mas não. É a criança que entra no século XXI como a vitoriosa. Esta é a semente da infantolatria”, elucida a especialista.

A definição de infantolatria por Marcia Neder consiste em “a instituição da mãe como súdita do filho e o adulto se colocando absolutamente disponível para a criança”. E Exime¹ a criança de qualquer responsabilidade sobre o seu comportamento. “Um bebê não tem poder para determinar como será a dinâmica familiar. Se isso acontece, é porque os pais promovem”.

Ainda reforça. na fase adulta, esse filho cobrará dos pais. “Ele olhará ao redor e verá outras pessoas se realizando independentemente dele. A criança que acha que o mundo tem que parar para ela passar não consegue imaginar isso acontecendo e não está preparada para lidar com a menor das frustrações. Em algum ponto, acusará os pais de terem sido omissos”.

Disponível em. <https://www.revistapazes.com> – Texto adaptado.

Considere as afirmativas a seguir.

Otávio Luiz foi na prova do ENEM. Hoje teve um preságio.

Antônio padece de um incurável.

Assinale a alternativa que preencha as respectivas lacunas de acordo com a grafia correta.

- (A) mal – mau – mal
- (B) mau – mal – mau
- (C) mal – mal – mau
- (D) mau – mau – mal
- (E) mal – mal – mal

3. IDECAN - Med PLeg (PEFOCE)/PEFOCE/Patologia/2021

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Texto para a questão.

Uma escritora reconstrói o país: a Ruanda de Scholastique Mukasonga

Em A mulher de pés descalços, obra de Scholastique Mukasonga dedicada à memória de sua mãe, a narradora em certo momento reflete sobre a dificuldade de se manter a vaidade no vilarejo formado na região de Gitagata, campo de refugiados para onde sua família foi enviada quando ela ainda era criança. A mãe da escritora, Stefania, era uma pessoa a quem muitas garotas recorriam para descobrir se poderiam ser consideradas moças bonitas. Ela tinha um histórico de sucesso na formação de casais. Nas tardes de domingo, geralmente guardadas para descanso ou alguma diversão, era comum que jovens fossem ao seu quintal para concorrer um pouco por sua atenção. A beleza é um dado social, definida na interação entre as pessoas, e seus critérios mudam com o tempo. No entanto, uma vez que as pessoas participam da vida social, todos passam a reproduzir uma noção culturalmente aceita do que é considerado bonito. Qual a dificuldade então? Por que o juízo de uma pessoa tinha tanta importância? Porque lá não havia espelhos.

Nos dias de sol forte, era possível correr a uma poça d’água para ver o próprio reflexo, mas o retrato era imperfeito e oscilante. A solução era saber de si pelos olhos de outros. Essa situação nos permite ver um pouco da matéria de que é feita a literatura de Mukasonga: relações comunitárias, precariedade material, busca de si. O ritmo da prosa é balanceado por uma certa temporalidade rural. A experiência histórica que sombreia todos os acontecimentos narrativos, uma espécie de moldura instável que frequentemente invade a imagem central, manifesta-se como violência.

Muitos dos que moram em Gitagata foram enviados para lá por serem tutsis, a etnia que passou a ser perseguida após a subida dos hutus ao poder de Ruanda nos anos

Raciocínio Lógico Matemático

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

1. IDECAN - Ag PT (IBGE)/IBGE/2022

Assunto: Expressões aritméticas

Um grupo de amigas saíram juntas para praia, chegando lá elas foram nas barracas comprar merenda, ao chegarem na barraca compraram vários produtos:

- três barras de chocolate, cada uma por R\$ 7,00;
- seis coxinhas, cada uma por R\$ 3,50;
- cinco águas, cada uma por R\$1,50;
- cinco refrigerantes, cada uma por R\$ 12,00.

Indique igualdade correspondente a essas compras.

- (A) $3 \times 7 + 6 \times 3,50 + 5 \times 1,50 + 5 \times 12 = 109,5$
(B) $6 \times 4,50 + 5 \times 1,50 + 5 \times 12 = 106,5$
(C) $3 \times 3,50 + 5 \times 1,50 + 5 \times 12 = 100$
(D) $3 \times 7 + 6 \times 3,50 + 5 \times 11 = 90,5$
(E) $3 \times 7 + 6 \times 3,50 + 5 \times 1,50 + 5 \times 12 = 103,5$

2. IDECAN - Ag (CRF SP)/CRF SP/Manutenção/2018

Assunto: Expressões aritméticas

Júlio contou um fato para seu primo Carlos e disse que para ele saber exatamente o ano que aconteceu esse fato é preciso calcular a terça parte do resultado da sentença a seguir. O ano foi $(3^2)^3 - 13^0 + 7$:

- (A) 245.
(B) 723.
(C) 729.
(D) 735.

3. IDECAN - Ana (CRF SP)/CRF SP/Sistemas/2018

Assunto: Expressões aritméticas

O valor da expressão $(-3)^2 - (1/3)^2 : 3^{-2} - 3^0 : 5^0$ é

- (A) 5.
(B) 6.
(C) 7.
(D) 8.

4. IDECAN - Ax Man (CM Cel Fabr)/CM Cel Fabriciano/2017

Assunto: Expressões aritméticas

Renata disse a Fabio. – a minha idade é o resultado da expressão a seguir. Portanto, minha idade é $40 - 20 \div 5 + 4 \times 3$, que é:

- (A) 18 anos.
(B) 24 anos.
(C) 48 anos.
(D) 52 anos.

5. IDECAN - Sold (CBM ES)/CBM ES/Combatente/2022

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

Carlos voltou a correr e no começo ele corria a uma velocidade de 5km/h. Em 30 minutos ele corria 2,5km. Se ele aumentar a velocidade para 8km/h, ele vai percorrer o mesmo percurso em quanto tempo?

- (A) 1147 segundos
(B) 1125 segundos
(C) 1159 segundos
(D) 1168 segundos
(E) 1173 segundos

6. IDECAN - Adm (IF RR)/IF RR/2020

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

A distância entre duas cidades A e B é de 272 km e um ônibus demorou 4 horas e 15 minutos para percorrer o trajeto em A e B. Assinale a alternativa que indique corretamente a velocidade média, em km/h, do ônibus nesse trajeto.

- (A) 64 km/h.
(B) 65,54 km/h.
(C) 66 km/h.
(D) 67,22 km/h.
(E) 68 km/h.

7. IDECAN - Adm (AGU)/AGU/2018

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

Dois carros, A e B, iniciam ao mesmo tempo e do mesmo ponto uma corrida em um circuito fechado de 2.500 metros. Ambos os carros se movem com velocidades constantes, e o carro A está 5 km/h mais rápido do que o carro B. Em quanto tempo o carro mais veloz ultrapassará o carro mais lento?

- (A) Entre 5 e 15 minutos.
- (B) Entre 16 e 25 minutos.
- (C) Entre 26 e 35 minutos.
- (D) Entre 36 e 45 minutos.
- (E) Entre 46 e 55 minutos.

8. IDECAN - Ag Adm (CREF 5)/CREF 5/2017

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

Para ir da cidade A para B, um viajante gasta 15 horas. Mantendo a mesma velocidade média, e partindo de B, gasta 5 horas para chegar à cidade C. Sabendo-se que a distância entre as cidades A e B é de 1.440 km, então a distância entre A e C, nesse trajeto, em km, é:

- (A) 1.720.
- (B) 1.840.
- (C) 1.920.
- (D) 2.010.

9. IDECAN - Sold (CBM RN)/CBM RN/2017

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

Um veículo percorreu a primeira metade do percurso de uma viagem com velocidade média de 60 km/h e a segunda metade com velocidade média de 80 km/h. Sabe-se ainda que a viagem teve duração de 1 hora e 10 minutos e a primeira metade foi realizada em 10 minutos a mais que a segunda metade. Quanto tempo teria durado essa viagem se ela tivesse sido realizada com velocidade média de 100 km/h?

- (A) 42 minutos.
- (B) 48 minutos.
- (C) 52 minutos.
- (D) 56 minutos.

10. IDECAN - Teso (CM Natividade)/CM Natividade (RJ)/2017

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

Considere que o passo de uma pessoa tenha 0,8 m. Qual é a velocidade dessa pessoa, considerando uma caminhada de 2.250 passos num período de meia hora?

- (A) 0,9 m/s.
- (B) 1,0 m/s.
- (C) 1,4 m/s.
- (D) 1,5 m/s.

11. IDECAN - ACS (Pref T Ananias)/Pref Tenente Ananias/2017

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

A distância entre duas cidades é de 1.546 quilômetros. Sabendo que o ônibus da viação AB faz esse percurso em 20 horas, assinale, a seguir, a velocidade média, aproximada, com a qual ele fez o trajeto.

- (A) 77,3 km/h.
- (B) 80,8 km/h.
- (C) 81,5 km/h.
- (D) 90,0 km/h.

12. IDECAN - ASoc (Ten Ananias)/Pref Tenente Ananias/2017

Assunto: Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

A distância entre as cidades de Tenente Ananias e Natal, ambas no estado do Rio Grande do Norte, é de aproximadamente 410 quilômetros (Km). Sabendo que Bianor realizou o percurso com velocidade média de 82 km/h, qual foi o tempo aproximado que ele levou para percorrer o trajeto entre as duas cidades?

- (A) 4,5 horas.
- (B) 5 horas.
- (C) 6 horas.
- (D) 8 horas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. IDECAN - Asst (IF PA)/IF PA/Administração/2022
Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que o direito de greve do servidor público civil será exercido

- (A) nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- (B) nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) nos limites definidos pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) nos termos definidos pelo Presidente da República.

2. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021
Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

É correto afirmar que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observa que

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, incluindo as nomeações para cargo em comissão.
- (B) o candidato que, aprovado em concurso para provimento de cargo público, seja classificado dentro do número de vagas especificado no respectivo edital possui o direito subjetivo à nomeação.
- (C) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável ao menos uma vez, por igual período.
- (D) a comprovação do exercício de função pública tem a validade de título a ser apresentado em prova de títulos de concurso para provimento de cargo.
- (E) é permitida a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

3. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021
Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos se estende a

- (A) dois cargos de professor.
- (B) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) um cargo de vereador com outro com carga horária compatível.
- (D) um cargo em autarquia com outro científico.
- (E) um cargo de professor com o cargo de magistrado.

4. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021
Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A condenação por improbidade administrativa importará no(a)

- (A) cassação dos direitos políticos.
- (B) suspensão da função pública.
- (C) confisco dos bens.
- (D) prisão domiciliar.
- (E) ressarcimento ao erário.

5. IDECAN - Ass (IF CE)/IF CE/Administração/2021
Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A respeito do que reza a Constituição, analise as afirmativas a seguir.

I. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

III. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

6. IDECAN - Ass (IF CE)/IF CE/Administração/2021

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Com base no art. 38 da Constituição, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições listadas nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) Em se tratando de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- (B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

7. IDECAN - Ass (IF CE)/IF CE/Administração/2021

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Em relação aos servidores públicos, conforme reza a Constituição, analise as afirmativas a seguir.

I. Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto na própria Constituição, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio e no ensino superior, fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.

II. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

III. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

8. IDECAN - GM (Campina Gde)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Se determinado Município tiver até dez mil habitantes, é correto afirmar que o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a

- (A) trinta por cento do subsídio do Prefeito.
- (B) quarenta e cinco por cento do subsídio do Prefeito.
- (C) vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- (D) setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

9. IDECAN - ACP (Pref Campina G)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, mesmo após preencher todos os requisitos para a aposentadoria voluntária, o servidor titular de cargo efetivo pode optar por permanecer em atividade, fazendo jus a um abono de permanência. Nesse caso, é correto afirmar que o abono de permanência será

- (A) no mínimo, o valor da contribuição previdenciária do servidor público e poderá ser pago até completar a idade de 70 (setenta) anos.
- (B) igual ao salário-mínimo vigente e poderá ser pago até completar a idade para a aposentadoria compulsória.
- (C) equivalente, no máximo, ao valor da contribuição previdenciária do servidor público e poderá ser pago até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (D) igual ao valor da contribuição previdenciária do servidor público e poderá ser pago até completar a idade de 75 (setenta e cinco) anos.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. IDECAN - ASS ADM (IF PB)/IF PB/2019
Assunto: Ética, Moral, Princípios e Valores

A ética, enquanto processo administrativo, está ganhando cada vez mais espaço na abordagem organizacional. Organizações de grande, médio e pequeno porte buscam formas de se adequar a uma atuação pautada na ética. Trata-se de uma forma de garantir que as verbas sejam aplicadas com lisura desde o início. Até os editais públicos têm privilegiado a contratação de empresas com a presença de compliance ativo. O termo compliance, ou “estar em conformidade”, surgiu da busca pelo resgate da ética e significa

- (A) implantar processos integrados que asseguram entradas processadas com planos de consequências.
- (B) cumprir a legislação e políticas/normas internas para prevenir ilícitos penais, administrativos e civis.
- (C) estabelecer sistemas de bônus executivo, vinculando seu ganho a resultados de longo prazo.
- (D) desenvolver políticas de Recursos Humanos que sejam permeadas pela visão do gerenciamento de riscos.
- (E) mapear o perfil comportamental de todos os funcionários selecionados e os comportamentos gerenciais.

2. IDECAN - ASST (IF PA)/IF PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

Analise as afirmativas a seguir sobre o Código de Ética do Servidor Público (Decreto Federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994).

I. Dentre as regras deontológicas do Código de Ética, está a de que a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

II. É dever fundamental do servidor público evitar o exercício do direito de greve.

III. O servidor público deve obedecer à hierarquia e respeitar o temor de representar contra o comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

Assinale.

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.

3. IDECAN - ASST (IF PA)/IF PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

O Decreto Federal nº 1.171/94 prevê que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Nesse cenário, é possível afirmar que a constituição da Comissão de Ética deverá ser comunicada.

- (A) à Casa Civil da Presidência da República.
- (B) à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República.
- (C) ao Tribunal de Contas da União.
- (D) ao Ministro do Planejamento e Gestão do Setor Público Federal.

4. IDECAN - ASST (IF PA)/IF PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

Paulo e Antônio são servidores públicos federais e também ocupam cargos em comissão na Administração Pública Federal. Diariamente, após o fim do expediente, tais servidores se dirigem a um bar perto do local de trabalho. Lá, Paulo sempre bebe exageradamente até cair, enquanto Antônio é um pouco mais moderado. Nada disso, porém, parece prejudicar o trabalho de ambos, visto que eles são considerados os mais produtivos da equipe de trabalho.

Assim, do ponto de vista ético, é correto afirmar que (A) apenas Antônio não pode ser repreendido eticamente.

(B) Paulo e Antônio, como ocupam cargo em comissão, estão proibidos de beberem qualquer tipo de bebida alcoólica em público.

(C) Como não estavam em serviço, Paulo e Antônio podiam se embriagar rotineiramente o quanto quisessem.

(D) Antônio, mesmo bebendo menos do que Paulo, deveria ter dado o exemplo ético de não ingerir bebida alcoólica habitualmente perto do local de trabalho.

5. IDECAN - PEBTT (IF CE)/IF CE/ADMINISTRAÇÃO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2021

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

A respeito do que leciona o Decreto 1.171/94, analise as afirmativas a seguir.

I. A Comissão de Ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do servidor público ou do prestador de serviços contratado, alegando a falta de previsão no Código, cabendo-lhe recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões.

II. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

III. Em cada órgão do Poder Executivo Federal em que qualquer cidadão houver de tomar posse ou ser investido em função pública, deverá ser prestado, perante a respectiva Comissão de Ética, um compromisso solene de acatamento e observância das regras estabelecidas por este Código de Ética e de todos os princípios éticos e morais estabelecidos pela tradição e pelos bons costumes.

Assinale

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas a afirmativa III estiver correta.

(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6. IDECAN - ADM (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

Segundo o Código de Ética do Servidor Público (Decreto Federal 1.171/94), são deveres fundamentais do servidor público, de acordo com o exposto textualmente no inciso XIV, o listado nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

(A) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum

(B) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva

(C) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos

(D) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister

7. IDECAN - ADM (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

Em relação às Comissões de Ética, conforme o que reza o Código de Ética do Servidor Público (Decreto Federal 1.171/94), analise as afirmativas a seguir.

I. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura.

II. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, sem necessidade de dar ciência aos faltosos.

III. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as en-

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. IDECAN - ACP (PREF CAMPINA G)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Direito Constitucional. conceito e fontes. Estado, povo, território etc

Acerca dos elementos das constituições, analise os itens abaixo.

I. O preâmbulo de toda constituição é considerado um elemento de estabilização constitucional, dado o seu caráter programático e hermenêutico.

II. A fixação de competências das cortes supremas está relacionada aos elementos orgânicos das constituições.

III. Os direitos e garantias individuais fazem parte dos chamados elementos limitativos das constituições.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns).

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

2. IDECAN - INSP PC CE/PC CE/2021

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

De acordo com o conteúdo, a forma, o modo de elaboração e a origem, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é corretamente ser classificada como

- (A) material, escrita, histórica e democrática.
- (B) formal, escrita, dogmática e democrática.
- (C) formal, consuetudinária, histórica e outorgada.
- (D) material, costumeira, dogmática e democrática.
- (E) formal, escrita, histórica e democrática.

3. IDECAN - AUD (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos elementos da Constituição.

- (A) Orgânicos. normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder.

(B) Limitativos. normas que compõem o elenco dos direitos e garantias fundamentais, atuando em relação à atuação dos poderes estatais.

(C) Elementos de estabilização constitucional. normas que revelam o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado social.

(D) Formais de aplicabilidade. normas que estabelecem regras de aplicação das Constituições.

4. IDECAN - AUD (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

Quanto à classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que ela é

(A) escrita, codificada, pactuada, histórica, super-rígida, formal, clássica, dirigente, ortodoxa, heteroconstituída e definitiva.

(B) escrita, codificada, democrática, dogmática, rígida, formal, prolixa, dirigente, eclética, autoconstituída e definitiva.

(C) escrita, não codificada, orgânica, dogmática, semir-rígida, material, analítica, orgânica, compromissória, autoconstituída e revolucionária.

(D) escrita, codificada, pactuada, histórica, rígida, formal, regulamentar, programática, ortodoxa, autoconstituída e revolucionária.

5. IDECAN - ACP (PREF CAMPINA G)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

Se a constituição de determinada nação é classificada como constituição dirigente, então uma de suas características principais é.

- (A) o caráter autoritário.
- (B) a implementação do liberalismo.
- (C) a concretização do socialismo.
- (D) a consagração programática.

6. IDECAN - ESC PC CE/PC CE/2021

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

O art. 20, IX, da Constituição prevê que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União. Essa norma constitucional é classificada como norma

- (A) de eficácia contida.
- (B) de eficácia plena.
- (C) programática.
- (D) de eficácia limitada.
- (E) de princípio institutivo.

7. IDECAN - ASS (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/JURÍDICO/2021

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Ao longo do tempo, as constituições foram sofrendo alterações no seu conceito e no seu conteúdo, seja garantindo mais direitos para os cidadãos, seja delegando para o legislador ordinário a regência de como determinada sociedade deve se comportar no cotidiano. Desse modo, quando uma norma constitucional tem conteúdo puramente principiológico e expressamente determina que lei posterior a regulamente, estamos diante de uma

- (A) norma constitucional de eficácia limitada.
- (B) norma constitucional de eficácia contida.
- (C) norma hipotética fundamental.
- (D) norma constitucional em vias de inconstitucionalização.

8. IDECAN - ESC PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

É correto apontar como objetivo fundamental que constitui a República Federativa do Brasil

- (A) a prevalência dos direitos humanos.
- (B) a não intervenção.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- (E) a autodeterminação dos povos.

9. IDECAN - AUD (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme ensina o artigo 1º. da Constituição, vários são os fundamentos que a regem. Nas alternativas a seguir estão listados esses fundamentos, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) soberania
- (B) cidadania
- (C) autodeterminação dos povos
- (D) dignidade da pessoa humana

10. IDECAN - GM (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal estabelece princípios importantes para serem obedecidos não somente dentro da República Federativa do Brasil, mas, também, em suas relações internacionais. É o caso, por exemplo, do princípio da

- (A) intervenção estatal.
- (B) prevalência dos direitos humanos.
- (C) promoção do desenvolvimento nacional.
- (D) proibição do asilo político.

11. IDECAN - ACP (PREF CAMPINA G)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Acerca dos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa correta.

- (A) São gratuitas as ações de “habeas-corpus” e de mandado de segurança.
- (B) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita.
- (C) São gratuitos, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (D) Ninguém poderá ser considerado culpado antes de sentença penal condenatória.

12. IDECAN - GDR (AGRAER MS)/AGRAER MS/ÁREA 3/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Brasileira estabelece que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Especificamente, no tocante à desapropriação por interesse social, qual regra não está especificamente prevista na Constituição Brasileira de 1988?

- (A) As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em títulos precatórios.
- (B) São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- (C) O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

1. IDECAN - ASE (PREF CAMPINA G)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Do Direito à Saúde (arts. 15 ao 19 da Lei nº 10.741/2003)

Em 2003, o Congresso Nacional aprova e o Presidente da República sanciona o Estatuto do Idoso, considerado uma das maiores conquistas sociais da população idosa em nosso país, ampliando a resposta do Estado e da sociedade às necessidades da população idosa. O Capítulo IV da referida Lei, que reza especificamente sobre o papel do SUS na garantia da atenção à saúde da pessoa idosa de forma integral e em todos os níveis de atenção, tem em seu artigo 15 que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de.

- (A) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.
- (B) Priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar.
- (C) Cadastramento da população idosa em base nacional.
- (D) Reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

2. IDECAN - TEC (UNIVASF)/UNIVASF/ASSUNTO: EDUCACIONAIS/2019

Assunto: Do Direito à Educação (arts. 27 a 30 da Lei nº 13.146/2015)

A questão da inclusão é um assunto que entrou na pauta educacional e de políticas públicas desde a Constituição Federal de 1988. A Lei 13.146/2015, em seu artigo 27, diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo e aprendizado, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Sobre a questão da inclusão das pessoas com deficiência, no que se refere à educação, assinale a alternativa correta.

(A) A legislação resguarda o direito a educação para pessoas com deficiência, porém, o alcance é para a educação básica.

(B) A legislação não resguarda a avaliação das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.

(C) A educação de qualidade à pessoa com deficiência é dever exclusivo do Estado.

(D) O Estado, a família, a comunidade escolar e a sociedade devem proteger a pessoa com deficiência de toda forma de violência, negligência e discriminação.

(E) A educação é um direito limitado da pessoa com deficiência, pois não resguarda a continuidade de sua formação educacional.

3. IDECAN - PEBTT (IF PB)/IF PB/LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA LIBRAS/2019

Assunto: Do Direito à Educação (arts. 27 a 30 da Lei nº 13.146/2015)

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, prevê expressamente que os tradutores e intérpretes da Libras

(A) atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir bacharelado em Letras/Libras.

(B) atuantes na educação básica devem possuir um curso de formação de, no mínimo 250 h/a, na área de tradução/interpretação e certificado de proficiência na Libras.

(C) quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

(D) quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação, devem possuir, no mínimo, nível médio completo, com curso de formação de, no mínimo, 250 h/a em Tradução e Interpretação em Libras.

(E) fluentes em língua de sinais com curso de especialização em Libras poderá atuar como tradutor/intérprete tanto no ensino básico como na graduação, excluindo-se apenas a atuação na pós-graduação.

4. IDECAN - PEBTT (IF PB)/IF PB/LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA LIBRAS/2019

Assunto: Do Direito à Educação (arts. 27 a 30 da Lei nº 13.146/2015)

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.436/15, no Capítulo IV, que dispõe sobre o direito à educação, analise as afirmativas abaixo.

I. Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

II. Disponibilização apenas do tradutor/intérprete de Libras nos processos seletivos para ingresso e permanência em cursos oferecidos por instituições públicas e privadas.

III. Não obrigatoriedade de tradução completa em editais.

Assinale

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

5. IDECAN - TEC COM SOC (AGU)/AGU/2019

Assunto: Do Direito à Assistência e à Previdência Social (arts. 39 a 41 da Lei nº 13.146/2015)

De acordo com a Lei 13.146/2015, é assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de

- (A) um salário mínimo.
- (B) uma bolsa família.
- (C) meio salário mínimo.
- (D) meia bolsa família.
- (E) um auxílio transporte.

6. IDECAN - ADM (AGU)/AGU/2019

Assunto: Da Acessibilidade (arts. 53 ao 76 da Lei nº 13.146/2015)

A respeito da legislação de inclusão e acessibilidade, analise as afirmativas a seguir.

I. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

II. Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

III. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o poder público não adotará programas de ação afirmativa, mas poderá direcionar recursos para o combate à pobreza da população negra.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

7. IDECAN - TEC (IF BAIANO)/IF BAIANO/ASSUNTO: EDUCACIONAIS/2019

Assunto: Decreto nº 3.298/1999 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

O Decreto 3.298/99 regulamenta a Lei 7.853/89 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Com base no decreto citado, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se deficiência permanente aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.
- (B) Considera-se incapacidade uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, sem necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.
- (C) Considera-se deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, não acarretando o comprometimento da função física.
- (D) Considera-se deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente superior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.
- (E) Considera-se deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

8. IDECAN - TEC (IF BAIANO)/IF BAIANO/ASSUNTO: EDUCACIONAIS/2019

Assunto: Decreto nº 3.298/1999 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

O Decreto 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89, traz as diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Analise os itens a seguir quanto as diretrizes dessa política.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Breno foi preso em flagrante de posse de uma unidade de munição de uso permitido (calibre .9mm), desacompanhada de arma de fogo compatível com sua utilização. Nesse sentido, com base no entendimento mais recente do STF acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Incide o princípio da insignificância, causa suprallegal de exclusão da tipicidade penal em sua dimensão material. A conduta, portanto, não é típica.
- (B) A conduta é típica formal e materialmente, mas não haverá responsabilização penal em virtude do exercício regular do direito.
- (C) A conduta é típica, antijurídica e culpável, mas não punível pelo princípio da insignificância.
- (D) Não incide o princípio da insignificância, pois o delito é crime de dano, e, portanto, a lesão é presumida.
- (E) A conduta é atípica formalmente, sendo certo que a atipicidade formal está respaldada no princípio da insignificância.

2. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que pena cumprida em condição indigna deve ser contada em dobro. Tal decisão, até então inédita, pode ser lastreada, precipuamente, no princípio da

- (A) presunção de inocência.
- (B) legalidade.
- (C) intervenção mínima do direito penal.
- (D) insignificância.
- (E) humanidade da pena e dignidade da pessoa humana.

3. IDECAN - GM (Campina Gde)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Considere os seguintes dispositivos constitucionais.

- I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- IV. Não haverá júízo ou tribunal de exceção.
- V. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Os princípios constitucionais relativos ao Direito Penal estão contidos nos itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

4. IDECAN - Per Crim (PEFOCE)/PEFOCE/Farmácia/2021

Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

O princípio da bagatela ou insignificância permite o afastamento da tipicidade material do delito desde que

- (A) estejam reunidos, alternativamente, um dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- (B) estejam reunidos, cumulativamente, pelo menos dois dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- (C) estejam reunidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(D) estejam reunidos, alternativamente, pelo menos três dos seguintes requisitos. mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(E) esteja evidente, além da primariedade do agente, a presença de um dos seguintes requisitos. mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

5. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

Nos termos da lei, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime. A esse fenômeno, denomina-se abolitio criminis. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

(A) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Não se trata, contudo, de hipótese de extinção de punibilidade, mas de novatio legis in mellius, que deve retroagir a todos.

(B) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Tem como efeito a extinção de punibilidade e retroage a todos, fazendo cessar os efeitos penais de eventual sentença condenatória. Os efeitos civis, contudo, permanecem.

(C) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Como se trata de novatio legis in mellius, faz cessar todos os efeitos, penais e civis, de eventual sentença condenatória.

(D) Em hipótese de abolitio criminis, o indivíduo que porventura esteja cumprindo pena privativa de liberdade pelo delito objeto da descriminalização da conduta, deverá ser imediatamente posto em liberdade. Todavia, perderá sua primariedade.

(E) Em hipótese de abolitio criminis, aquele que já cumpriu pena pelo delito objeto da descriminalização nada poderá aproveitar, pois sua extinção de punibilidade já se deu pelo efetivo cumprimento de sua pena.

6. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

(A) será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.

(B) será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.

(C) será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.

(D) poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.

(E) será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

7. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Lei Excepcional ou Temporária

Ricardo praticou delito previsto em lei penal temporária no dia 6/8/2014 e por tal crime foi denunciado no dia 29/8/2014. A denúncia foi recebida em 3/9/2014. Em audiência una de instrução e julgamento, ocorrida em 7/4/2015, a defesa de Ricardo sustentou tese de abolitio criminis e conseqüente hipótese de extinção de punibilidade de Ricardo, ao argumento de que a lei que criminalizava a conduta teve vigência apenas de 5/6/2012 até 31/12/2014; assim, na data da audiência, a conduta imputada ao réu já seria atípica. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

(A) A defesa de Ricardo tem razão; de fato, ocorreu abolitio criminis, motivo pelo qual a absolvição se impõe.

(B) Não é hipótese de abolitio criminis, mas de verdadeira descriminalização, o que impõe absolvição pela extinção de punibilidade.

(C) Não se trata de lei penal temporária, mas sim de lei penal excepcional, que perdurou enquanto duraram as circunstâncias excepcionais que determinaram sua edição. Ela continuará a ser aplicada.

(D) A defesa de Ricardo não está com razão. Embora seja hipótese de lei penal temporária e tendo decorrido o período de sua duração, ela continuará a ser aplicada aos fatos ocorridos sob sua vigência.

(E) Quer se trate de lei penal temporária, quer se trate de lei penal excepcional, a absolvição de Ricardo é medida que se impõe, pois a lei penal não retroage, salvo em benefício do réu, tal como deve correr na hipótese.